

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2022.r3a05>

Recebido em: 15/11/2021

Aceito em: 25/01/2022

**MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO NORTE NA
DÉCADA DE 1960: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

**POPULAR EDUCATION MOVEMENTS IN RIO GRANDE DO NORTE IN THE
1960'S: A BIBLIOGRAPHIC RESEARCH**

Antonina Camila Silva de Melo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3701-8517>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0346522404657042>

Graduanda em Matemática

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Ceará Mirim, Brasil

E-mail: antoninaa.mello@gmail.com

Rafaela Camila Gomes da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0213-1966>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1765311620382863>

Graduanda em Matemática

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Ceará Mirim, Brasil

E-mail: rafaelagomesg737@gmail.com

Lais Paula de Medeiros Campos de Azevedo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3274-5798>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3942672224334681>

Mestre em Educação

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: laispaulamedeiros@gmail.com

RESUMO

A década de 1960, no Rio Grande do Norte, foi marcada pela busca pelo fim do analfabetismo no estado, o que deu início ao surgimento de campanhas de alfabetização direcionadas ao ensino de jovens, adultos e crianças. Nessa perspectiva, o nosso estudo realiza o levantamento bibliográfico dos trabalhos produzidos sobre a temática e que contemplam as seguintes experiências de educação popular: O Movimento de Educação de Base, A Campanha De Pé no Chão também se aprende a ler e as 40 horas de Angicos. A pesquisa se constitui, principalmente, pela análise de artigos e pesquisas referente aos temas supracitados. Entre os trabalhos analisados, destacamos as pesquisas de Aquino (2018), Teixeira (2017) e Pranto (2020), os livros de Góes (1980), Germano (1982), Lyra (1993) e Paiva (1987). A partir da análise bibliográfica, foi possível identificar a importância que cada movimento proporcionou para a alfabetização dos jovens e adultos do estado do Rio Grande do Norte, além de identificar as características referentes aos métodos de ensino com foco na alfabetização. Este trabalho pode trazer

contribuições sobre o conhecimento acerca das experiências realizadas, uma vez que destaca a importância dos movimentos de educação popular para a História da Educação do estado.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação popular. Movimentos populares.

ABSTRACT

The 1960s, in Rio Grande do Norte, was marked by the search for the end of illiteracy in the state, which gave rise to the emergence of literacy campaigns aimed at teaching young people, adults and children. In this perspective, our study conducts a bibliographic survey of the works produced on the subject and which contemplate the following experiences of popular education: The Basic Education Movement, The Pe no Chão Campaign also learns to read and the 40 hours of Angicos. The research is mainly constituted by the analysis of articles and researches related to the aforementioned themes. Among the works analyzed, we highlight the researches of Aquino (2018), Teixeira (2017) and Pranto (2020), the books by Góes (1980), Germano (1982), Lyra (1993) and Paiva (1987). From the bibliographical analysis, it was possible to identify the importance that each movement provided for the literacy of young people and adults in the state of Rio Grande do Norte, in addition to identifying the characteristics related to teaching methods with a focus on literacy. This work can bring contributions to the knowledge about the experiences carried out, as it highlights the importance of popular education movements for the History of Education in the state.

Keywords: Literacy. Popular education. Popular movements.

1 INTRODUÇÃO

As tentativas de alfabetizar a população brasileira remontam a própria história da colonização no país. Ao longo dos séculos, essa problemática foi ganhando especificidades, se tornando uma questão social e política no início do século XX e que ainda perdura até os dias atuais. Na segunda metade do século XX, o combate ao analfabetismo ganhou destaque no cenário educacional do Rio Grande do Norte associado ao movimento de educação popular.

A educação popular pressupõe a percepção da realidade das camadas mais simples e pobres da população, daqueles que, embora em grande número, na maioria das vezes não possuem o direito à “voz”. Reconhecer o contexto destes sujeitos conduz a busca pela transformação de sua realidade, pela construção de uma consciência crítica e emancipatória. Assim, na educação popular, a participação do povo na sua organização é fundamental.

Conforme aponta Pranto (2020), em um momento da história do país em que se discutia o desenvolvimento nacional, associado com a luta pela diminuição das desigualdades sociais, o Brasil ainda era um país com a maioria de sua população analfabeta. Tal realidade despertou diferentes ações no período com o intuito de combater esse problema nacional.

Brandão (2017, p. 392), por sua vez, ao discorrer sobre o período, considera que “as iniciativas que desabrocham logo nos primeiros anos ‘dos sessenta’ foram originadas, em boa medida, no interior ou em áreas de fronteira do mundo acadêmico”. De acordo com o autor, também existia uma ação extensiva da Igreja Católica direcionada aos movimentos e lutas populares.

No Rio Grande do Norte, aconteceram três movimentos ou experiências, conduzidas por diferentes atores sociais, o governo municipal, o governo estadual e a Igreja, principalmente. No intuito de nos aproximarmos dessa temática, este estudo teve como objetivo realizar o levantamento bibliográfico dos trabalhos produzidos sobre a temática e que contemplam as seguintes experiências de educação popular: O Movimento de Educação de Base, A Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler e as 40 horas de Angicos.

A partir da historiografia, trazemos os principais elementos que nos permitem compreender a realização dessas experiências. Entre os trabalhos analisados, destacamos as pesquisas de Aquino (2018), Teixeira (2017) e Pranto (2020), os livros de Góes (1980), Germano (1982), Lyra (1993) e Paiva (1987). Sem o intuito de explorar cada movimento detalhadamente, este trabalho objetiva ainda contribuir para a construção e divulgação do conhecimento sobre as iniciativas que lograram êxito na educação potiguar no período, especificamente de educação popular e que, embora investigadas por diversos autores ainda constitui um capítulo da educação do estado que não é suficientemente conhecida.

2 OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO NORTE

O período entre 1957 e 1964, em Natal/RN, representa um momento importante para a História da Educação potiguar, pois foram anos marcados pela criação e desenvolvimento de movimentos de educação popular no Estado. A educação popular pode ser “[...] considerada um instrumento para a sedimentação, recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas[...].” (PAIVA, 1987. p. 170). Nesse sentido, implica em dizer que são ações voltadas ao desenvolvimento social por meio de uma educação crítica e reflexiva.

A educação popular, pode ser entendida, assim, como uma ação que visava a participação popular e a transformação do estado de estagnação em que as pessoas viviam, já que, “[...] preconizava a alfabetização e a conscientização de todos” (BEISIEGEL, 1989, p. 15).

Representava, naquele período, uma prática libertadora para uma parcela da sociedade que vivia ações preconceituosas por ser analfabeta, já que a educação sistematizada era destinada aos privilegiados economicamente.

Paulo Freire, juntamente com outros educadores, sugeriu: a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o Homem e não para o Homem, a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante do trabalho de soerguimento do país; e, finalmente, a renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais (PAIVA, 1987, p. 210).

Para caracterizar esse período de efervescência educacional no Rio Grande do Norte, direcionamo-nos a três experiências voltadas à educação popular e que se tornaram reconhecidas nacional e internacionalmente. O Movimento da Educação de Base (MEB), A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler e as 40 Horas em Angicos, contribuíram, significativamente, para iniciativas de combate ao analfabetismo de crianças, jovens e adultos tanto da capital quanto em algumas cidades do interior potiguar.

2.1 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)

Em 1961, surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB) que foi criado, a partir da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A ideia surgiu a partir das escolas radiofônicas, criadas pelo bispo D. Eugênio Sales¹ que apresentou a ideia ao (CNBB), na época era bispo auxiliar de natal.

A proposta inicial foi enviada pela CNBB ao recém eleito presidente da República, Jânio Quadros, que anunciou através de carta datada de 28 de novembro de 1960 o seu apoio à proposta formulada. Em 21 de março de 1961, mediante o Decreto n. 50.370 foi estabelecido que o Governo Federal forneceria recursos para concretização do MEB, delegando a responsabilidade

¹ Dom Eugênio de Araújo Sales (1920 - 2012) foi bispo e cardeal da Igreja Católica, atuando no Rio Grande do Norte, Bahia e Rio de Janeiro.

da sua execução à CNBB. Portanto, o MEB estava vinculado à CNBB através do Conselho Diretor Nacional (CDN), que era constituído por bispos das áreas de abrangência do Movimento e por mais dois leigos, sendo um deles representante do Presidente da República (CARVALHO et al, 2009, p. 61).

A CNBB se propôs a estruturar os esforços existentes através de um Movimento que coordenasse a ação comum. As atividades das Escolas Radiofônicas das Dioceses, juntamente com o setor de Educação de Base da RENEK, passariam a construir um novo organismo: o Movimento de Educação de Base (MEB) (SPEYER, 1986, p. 6).

O MEB tinha como ideia inicial alcançar as zonas atrasadas e subdesenvolvidas, como as áreas rurais do nosso país. O movimento tinha como aliados setores da ação católica, universitários e estudantes, que percebiam o movimento como um meio de se aproximarem das classes populares. Os objetivos eram alfabetizar, previam também a educação sanitária, a iniciação agrícola e a formação profissional nas regiões rurais, politizar e mobilizar socialmente, sobre o conceito de conscientização.

A "educação de base" não visava apenas a alfabetização, mas também a conscientização e politização das populações rurais, percebe-se principalmente pelo próprio modo como acontecia a alfabetização que era um processo de conscientização que não partia das aulas tradicionais que eram utilizadas cartilhas de alfabetização (FERRARI, 1968, p. 85).

A imagem abaixo mostra uma monitora em sala de aula. os monitores eram fundamentais para o MEB, porque eram eles que ficavam em sala de aula com os alunos. os monitores eram os moradores das localidades onde iria acontecer as aulas, eles eram indicados pelos líderes da comunidade, os indicados eram consultados e ao fim da visita às comunidades, a equipe central do MEB tinha em mãos os nomes das pessoas que tinham interesse em serem monitores.

Figura 01: Monitora ensinando



Fonte: Jornal Tribuna do Norte - blog (2021)

Os monitores aprendiam a como lidar com o rádio nos momentos de aula, como abordar as atividades que o monitor recebe ao final de sua formação, ele recebia mapas de matrícula e frequência, quadro-negro, giz e o rádio. As aulas, por sua vez, eram transmitidas pela Emissora de Educação Rural localizada em Natal.

As aulas transmitidas tinham a duração de 35 a 40 minutos. O MEB baseava-se no método de Paulo Freire na alfabetização de adultos. Ao analisarmos a imagem, percebemos que, em sala de aula, os alunos sentavam em volta da mesa onde ficava o rádio para assim ouvirem melhor o que a professora estava falando e os monitores seguiam as aulas realizando atividades práticas junto aos alunos.

Durante esse período, a equipe do movimento viu a necessidade de produzir uma cartilha intitulada como: "Viver é lutar" para o aprimoramento da aprendizagem e com enfoque na conscientização política. O movimento teve sua maior expansão no ano de 1963 quando passou a atingir todo o Rio Grande do Norte.

Além disso, houve a ampliação para outros estados, tais como, no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Norte de Minas Gerais. No entanto, por virtude do Decreto nº 52.267 do governo federal, em 1963 o MEB ampliou geograficamente os locais de atuação e assim implementou novas escolas e sistemas, com o intuito de possibilitar o avanço do movimento tanto nas áreas subdesenvolvidas quanto nas desenvolvidas (CUNHA, 2010).

Em 1964, com o golpe militar, os militares barraram os avanços das mobilizações populares de educação de jovens e adultos. Muitos movimentos durante esse período foram extintos e os poucos que permaneceram tiveram que mudar todas as suas estratégias pedagógicas.

O MEB foi uma das poucas campanhas que sobreviveu durante o regime militar, por causa que estava vinculado ao CNBB. Entretanto, não podiam atuar da mesma forma, todo o material estudado em sala de aula ou que eram transmitidos pelo rádio passava primeiro pelas mãos dos militares para assim poderem ter um controle do que iria ser repassado para os estudantes. A cartilha "Viver é lutar", por exemplo, foi censurada porque continham informações de conscientização política às condições sociais da classe trabalhadora, que tinha o intuito de conscientizar o trabalhador em relação aos seus direitos.

2.2 A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Entre os anos de 1961 e 1964, na capital potiguar, desenvolveu-se um movimento popular e político conhecido pelo tema Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler e foi idealizado pelo prefeito eleito na época, Djalma Maranhão e o secretário de educação Moacyr de Góis. A vitória da campanha política se deu, porque, além de outros fatores, ele apresentava a seus eleitores ideias da força progressista (AQUINO; PINHEIRO, 2018, p. 3).

Natal, como outras capitais do país, estava naquele período borbulhando com as mudanças políticas e sociais, uma vez que a partir de 1960 haveriam as primeiras eleições diretas para prefeito, ao mesmo tempo que ocorriam iniciativas para o combate ao analfabetismo. A campanha eleitoral levou Djalma Maranhão e Moacyr de Góis a juntos com sua equipe, organizar os Comitês Nacionalistas de bairro, que tinham como principal objetivo levantar os problemas daquele local para serem sanados quando eleito. Nas andanças, o que mais se percebia é que o analfabetismo era uma questão predominante na capital norte riograndense. Urgia então que medidas fossem tomadas para amenizar a situação deplorável que ultrapassava o estado e fazia parte do cenário brasileiro (PRANTO, 2020. p. 2).

Vale salientar que o desejo de iniciar ações para a erradicação do analfabetismo infantil se deu no ano de 1956 quando, conforme fala de Pranto (2020, p. 2) "Djalma Maranhão havia sido prefeito indicado e organizou redes de escolas isoladas pela cidade". A percepção do prefeito em organizar essas salas de aula se deu, porque ele percebeu que em Natal/RN não existiam escolas municipais e, sendo assim, procurou apoio popular e implantou em espaços cedidos, tais como associações de bairros, igrejas, clubes de futebol, centros espíritas, entre outros, as escolinhas.

Nesse período, notadamente entre 1956 e 1959, ocupava a cadeira do executivo municipal – em seu primeiro mandato – o Prefeito Djalma Maranhão, dentre cujas metas se inseria uma considerada principal: a erradicação do analfabetismo, contando para isto a implantação do Programa Municipal de Ensino, com a instalação das Escolinhas, bem como o Ginásio Municipal de Natal. Registre-se que o Programa se revestia de um caráter social, trazendo em si o vínculo com os movimentos populares existentes (MARQUES, 2021. p. 1)

Embora Djalma Maranhão tenha deixado 265 salas de aulas funcionando ao sair do cargo de prefeito por meio de uma petição, o projeto apresentava muitos problemas, conforme explica Pranto (2020, p. 2) quando diz que “era visível que tal arranjo tinha seus problemas e não seria capaz de atender toda a população analfabeta da cidade”. As indagações da autora apresentam uma disparidade entre querer fazer e consolidar, visto que, as dificuldades, principalmente, financeiras eram maiores que o desejo de mudança na esfera educacional. Essa foi considerada a primeira fase da campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

A segunda fase se configura com a articulação da campanha e escolha do nome, construções dos acampamentos escolares e inauguração com o início das aulas. Para o pontapé inicial destaca-se a forma como a inquietação popular contribuiu para o surgimento das escolas de chão batido e cobertas de palha. Isso porque, “Djalma Maranhão havia sido eleito tendo como meta número um a erradicação do analfabetismo ele fora cobrado, pela população, para que fossem criadas mais escolas” (AQUINO; PINHEIRO, 2010. p. 4).

Na reunião que estava acontecendo no Comitê Nacionalista implantado no bairro das Rocas Moacyr de Góes, secretário de educação municipal, foi questionado sobre o fim do analfabetismo e ele ao dizer que não havia recurso para construção de escolas, se surpreendeu com a sugestão de um dos moradores daquele local, onde propôs a construção de estruturas de madeiras cobertas com palhas ali mesmo. Esse momento é apresentado por Germano (1982, p. 103) que expõe a fala de Moacyr de Góes no momento da reunião.

Mas é no Comitê das Rocas que surge a proposta de acampamento de palha de coqueiro (...). Como eu disse, na reunião do Comitê das Rocas a população manifestou que queria escola. Isso vem desde aquelas convenções de bairro. Eu fui chamado para participar dessa reunião do Comitê Nacionalista do bairro das Rocas. E eu disse na ocasião que a prefeitura não tinha dinheiro para construir escola. Havia somente a disponibilidade de manter as escolinhas onde cedessem gratuitamente uma sala. Mas construir escola de alvenaria era impossível. Então, levanta-se (...) um cidadão e pergunta: se não

pode fazer de alvenaria, por que não constrói escola de palha? E foi uma discussão longa, não foi uma opinião assim gratuita, não.

A partir desse momento acontece a aceitação, construção e inauguração dos acampamentos que foram pensados para atender, inicialmente, as crianças analfabetas da periferia. O nome de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, indica a condição de pessoa que não tinha calçado, pois a proposta de ensino era receber crianças que quisessem aprender, sem obrigatoriedade de farda e sapatos. Sendo assim, em um contexto geral, a Campanha atendia a todos que detinham o desejo de aprender a ler e escrever.

Vale salientar, também, que o modelo pedagógico utilizado na campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi fundamental para o seu sucesso, pois além de ser revolucionário e transformador instruiu sobre os direitos que aquela parcela social desprovida de recursos tinha, mas não sabia (PRANTO, 2020).

As professoras que participavam do projeto eram da periferia e tinham pouco estudo, porém um desejo enorme de ver as crianças da sua comunidade aprendendo a ler e escrever. Essas mulheres eram assistidas, pedagogicamente, toda semana, o que era muito importante para o sucesso da aprendizagem. Essa fala pode ser compreendida no relato que a professora dona Ivoneide Rósa (2000) descreveu a pesquisadora Maria Elizete G. Carvalho. Tais falas surgiram no momento que a pesquisadora foi entrevistada pela CDH-net².

Então, o método começava assim; a forma como você alfabetizava. Depois [...] Eu ensinava conscientizando [...] a partir da realidade. “Gente, aqui, na nossa comunidade [...] vamos supor, vamos imaginar o nome de uma pessoa aqui do bairro. E geralmente se pegava um textinho da cartilha que tivesse o nome [...] Há [...] e daí ia partindo para a família dessa palavra. E depois: “Dona Helena vende” e pegava a profissão e juntava. “Gente! Dona Helena vende [...] mas ela vende uma coisa que ela faz todos os dias [...] uma coisa saborosa [...]”. “Dona Helena vende bolo”. Vamos ver agora bolo, quais são as letras que formavam bolo?” (RÓSA, 2000).

Mesmo com o apoio pedagógico e os espaços funcionando, a campanha começava apresentando incertezas no seu desenvolvimento, pois seriam estruturas sem paredes, com materiais escolares expostos e poucos recursos. Mesmo assim, após a inauguração percebeu-se

² Comissão dos Direitos Humanos na Internet. (<http://www.dhnet.org.br>)

que o objetivo proposto inicialmente havia sido alcançado - as crianças da periferia estavam tendo a oportunidade de frequentar uma escola cuidada pelos próprios moradores locais - e isso fez com que surgissem novas ideias e com isso o secretário de educação resolveu dividir a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler em fases.

Além das duas já mencionadas acima, existiram mais seis, que foram descritas no Seminário Educação e Movimentos Sociais do Rio Grande do Norte na década de 60 Natal/RN, 25 a 29 de abril de 1983 e publicado no livro de Moacyr de Góes (1980) e podem ser entendidas a partir do exposto abaixo.

- 3ª fase - O ensino Mútuo - Só é compreensível a partir do dado de que a Campanha já criara um alto clima de mobilização popular para a erradicação do analfabetismo;
- 4ª fase - As Praças de Culturas - É de 1962 e revela, em sua formulação, o intercâmbio que a Campanha;
- 5ª fase - O Centro de Formação de Professores - O programa do prefeito Maranhão não era desfalecer a Campanha. Nem mesmo estabilizar. A palavra de ordem era ampliar serviços e aumentar a mobilização;
- 6ª fase - Campanha de Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão - É a evolução da educação acadêmica para a educação para o trabalho;
- 7ª fase - A interiorização da campanha - Esta fase, a sétima, indica que em Natal a Campanha já estava consolidada e ampliava espaços;
- 8ª fase - A escola Brasileira construída com dinheiro brasileiro - A oitava fase de que falam os dois documentos que estão embasando estas notas se refere a tentativa de a Campanha superar o seu plano de emergência e começar a edificar, de forma mais definitiva, a sua rede escolar. Isso só poderia ocorrer com a ajuda do Governo Federal (GÓES, 1980, p. 54).

O caminhar da Campanha estava apresentando muito sucesso e isso estava sendo uma realização para o povo carente da cidade de Natal/RN, visto que, as oportunidades de mudança social estavam chegando até eles por meio da educação. E isso pode ser visto na abrangência que esse revolucionário modelo de ensino alcançou com “[...]alta taxa de matrículas, boa assiduidade dos alunos e baixa evasão [...]” (PRANTO, 2020, p. 74).

Estava sendo um período muito importante, a tentativa de erradicar o analfabetismo era um fato consolidado, os adolescentes que concluíam seus estudos migravam para um curso profissionalizante por meio da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão,

porém, como está descrito no portal forumeja (2021) a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler “foi brusca e brutalmente interrompida nos primeiros dias de abril de 1964, logo após o golpe militar”. Esse acontecimento foi desolador para os que frequentavam aqueles acampamentos em busca de aprendizagem, como a exemplo da criança apresentada na foto abaixo.

Figura 2: Criança na lousa completando a atividade.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

Sendo assim, a Campanha chega ao fim, não porque os 05 acampamentos que estavam erguidos em uma estrutura feita com “o barro batido, a palha, a madeira de pau a pique, a horta, o chiqueiro, as cozinhas de alvenaria, o espaço para os festejos populares, sem paredes ou portas” tenham sido destruídos com o golpe, mas sim, por causa do aniquilamento dos sonhos daqueles que, certamente, viveriam melhor, visto que, eram pessoas carentes de perspectivas (AQUINO, 2008. p. 5). Ao ser encerrada a Campanha, “alguns acampamentos foram reaproveitados e continuaram funcionando com a mesma estrutura física por um tempo, mas não mais com a mesma dinâmica e ideal” (PRANTO, 2020, p. 74).

2.3 AS 40 HORAS DE ANGICOS

A última experiência que apresentamos neste artigo também ocorreu na década de 1960. Em 1963, surgiu a experiência que possibilitou a alfabetização de cerca de 300 alunos em 40 horas, que ficou conhecida como “As quarenta horas de Angicos”, tendo como palco a cidade de Angicos, localizada no interior do Rio Grande do Norte que tinha um cenário propício para proposta, devido sua situação econômica e educacional.

Utilizando práticas educacionais com orientação do educador Paulo Freire e um grupo de estudantes, a sua maioria universitários, o projeto visou alfabetizar os moradores do local, e os tornar mais do que trabalhadores braçais, existindo o intuito ainda de orientá-los a ter senso crítico e político. Transformando a “massa em povo”, como coloca Freire, no conceito de “ser mais”, não apenas escrever e ler, mas ser protagonista de suas decisões, um ser crítico, que compreende a opressão e identifica os opressores. Para Freire (2010, p. 107), a “Autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade”.

Paulo Freire apresentou sua base teórica, pela primeira vez no Rio de Janeiro, sobre seu sistema de alfabetização para adultos, por volta de 1958. Mas, apenas em 1962 o educador decidiu participar do projeto de Angicos, sendo incentivado pelo governador do RN Aluizio Alves, que em sua campanha prometeu desenvolvimento, saneamento básico e alfabetizar 100 mil adultos num período de três anos. A aula inaugural ocorreu com a presença de Aluizio Alves, tendo cerca de 380 moradores começando a alfabetização. O experimento teve como financiadores a Aliança para o Progresso.

Sabe-se que em períodos anteriores, a elite política, e predominantemente agrária, brasileira, muito pouco atuou no sentido de atender as necessidades da população, surgindo assim diversos déficits em setores como saúde e educação. O estado do Rio Grande do Norte, segundo Lyra (1993) teve grandes índices de analfabetismo na época de 1960 a 1970, chegando a 70% da população adulta. Dos 30% restantes, 10% eram semianalfabetos, ou seja, capazes de assinar apenas o próprio nome.

Como todo o país, naquele tempo, tinha grandes níveis de analfabetos, no Nordeste, a falta de investimentos, não só na educação, mas em diversos setores trazia grandes desafios. Na década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira de Educação – ABE, observamos

que a educação dos adultos começa a assumir importância (PAIVA, 1987). Durante um período de 100 anos no Brasil apenas alfabetizados tinham o direito de voto (WESTIN, 2016), o que causou uma preocupação que se estendeu e acabou por se intensificar no período, influenciando o surgimento de campanhas de alfabetização, como a de Angicos.

No contexto histórico, o período de 1950 a 1960 foi marcado por discussões em relação à educação no Brasil, rodeadas por perspectivas que pensavam no ensino democrático. Algo que, para o período, era indeciso e preocupante. Apesar de grande repercussão os projetos de ensino e os movimentos sociais para mudar a realidade brasileira, logo, com o avanço de uma política pensada pelas classes dominantes, ocasionou um período conturbado onde a sociedade brasileira sofreu grande repressão, chegando, ocasionalmente, ao setor educacional.

Paulo Freire queria mais do que alfabetizar, autor da pedagogia libertadora, acreditava num ensino que levasse muito mais que apenas a escrita ou leitura. Objetivava levar aos oprimidos o poder de pensar. “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 2002).

O método utilizado no projeto de Angicos era sistematicamente organizado e lapidado pelo pensamento de Paulo Freire, no que consiste em alfabetizar adultos com o estímulo de discutir suas experiências de vida entre si, através das situações referentes às coisas presentes em seu dia-a-dia e de suas respectivas realidades, que eram codificadas de forma a encontrar suas palavras aquisitores para a compreensão do mundo (BECK, 2016).

Assim, deu-se a construção da metodologia aplicada aos moradores da cidade, primeiramente, pela pesquisa e entendimento do universo vocabular, as palavras que seriam escolhidas, criação de situações cotidianas, elaboração de fichas-roteiros e organização das fichas com suas sílabas das palavras geradoras. É importante ainda ressaltar que além desses pontos, Freire trabalhou com slides, gravuras e diversos materiais audiovisuais, sendo um dos pioneiros na utilização da linguagem multimídia na alfabetização de adultos (FEITOSA, 1999).

A experiência realizada teve aulas de 1 hora de duração a cada noite, durante 40 dias, resultando em 40 horas no total. Durante o dia os participantes do projeto comentavam, discutiam e analisavam as ocorrências da noite anterior. Como forma de observar o desenvolvimento dos alunos.

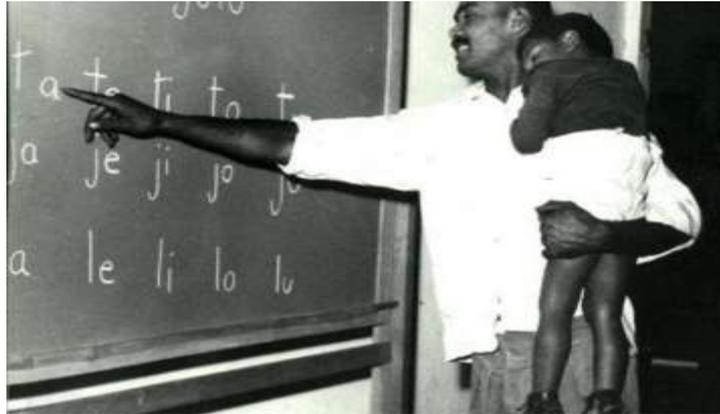
De acordo a metodologia proposta, o primeiro passo, de levantar informações acerca do universo vocabular consistia em encontros, onde ocorria uma aproximação do educador com as vivências dos alunos, era algo mais informal onde surgia qualquer que fosse o tipo de assunto, para se chegar mais próximo da realidade dos viventes, sua linguagem e falas regionais. Para Freire (1980) o objetivo desses encontros era o levantamento das “palavras geradoras”. Em seguida, a escolha das quais pertenciam ao universo vocabular do indivíduo, de onde se escolhia por critérios: riqueza fonética, dificuldades fonéticas, (em sequência gradativa das dificuldades), teor pragmático, poder de conscientização (FREIRE, 1967).

Na fase seguinte, ocorria a criação de situações existenciais que são comuns do grupo com que se trabalha, elas possibilitam abrir caminho para perspectivas diferentes acerca dos problemas regionais e nacionais. Após isto, a elaboração de fichas roteiro e elaboração de fichas com decomposição das famílias fonéticas. A primeira consiste em auxiliar no processo de construção de conhecimento referente à leitura e escrita, de maneira mais informal. E a conseguinte eram as que davam início ao trabalho de alfabetização dentro dos círculos culturais, respectivamente.

Na experiência de Angicos, os passos foram seguidos e como citado no livro de Lyra (1993) as palavras mais comuns por ali tinham sentidos únicos, típicos do local. Algumas como: belota, xique-xique, tijolo, chibata, panela, serviam de início a alfabetização. A cada dia, uma dessas palavras era o núcleo das aulas, onde desdobrava-se os seus sentidos, e daí em diante sua forma didática, como observamos no trecho apresentado por Lyra (1993), “Projeção: A palavra belota foi escolhida dentro de uma situação sociológica local: Um homem de angicos, vestido tipicamente, montado em um burro, em uma cena característica de seca no Nordeste, com uma chibata na mão, na qual se veem em plano, belotas em cores bem vivas”.

O recurso de projeção utilizado por Freire e os professores consistia na apresentação de imagens que representavam cenas cotidianas da cidade. Os moradores eram motivados a comentar e opinar. Existia ainda a discussão acerca das problemáticas sociais apresentadas nas imagens, sobre questões relativas ao contexto do nordeste, ou sobre objetos típicos como a belota, tudo voltado ao universo vocabular. As palavras geradoras tinham como função desencadear o universo silábico, cada qual com sua família: “Ninguém soletra b e e, be, é só juntar os tijolos. Cada tijolo é uma parte da palavra: Pé/lé, Ba/ú.” Se Cada tijolinho deste é uma parte da palavra, juntando-os, vamos formando palavras, do mesmo modo, como se faz uma casa, ou um muro”. CC de Dilma (LYRA,1993).

Figura 4: Homem com seu filho no colo soletrando as sílabas da palavra geradora Tijolo.



Fonte: Educaçãoofuturo.com.br

Evidencia-se, assim, que não eram apenas palavras soltas ou conceitos, mas buscava-se a relação com a realidade dos alunos, inclusive na hora de montar as palavras. Ver suas sílabas, representá-las, como tijolos que podem, de pouco a pouco, construir um grande e firme muro, traz à tona o trabalho de pedreiro, por exemplo, que desta vez empilhava o muro do conhecimento.

Outra forma de representar os trabalhadores envolvia as mulheres cozinheiras e costureiras, as palavras podiam se referir a seus objetos de trabalho, ou a forma de costurar. O objetivo não se restringia ao simples fundamento de escrever, mas de ensinar o conceito de cultura, de origem e de tantos outros termos, que apesar de simples trazem à tona o grande e belo peso de pensar, refletir, enquanto o que somos, o que nos faz ser e o que seremos. Nesse sentido, o pensamento de Maciel (2021) corrobora com o exposto, uma vez que o considera.

Uma proposta de educação popular e libertadora que se pautava no respeito ao educando, valorizando seus saberes, sua bagagem histórica e de vida, procurava criar uma consciência que criticava a realidade onde se insere, fazendo-o reconhecer-se como sujeito histórico. Com o poder e dever de transformar sua realidade (MACIEL, 2021).

O sucesso do método fez com que o projeto fosse levado para outras cidades do Rio Grande do Norte (Natal, Caicó, Macau, Mossoró, Quintas). E outros estados do país: Ubatuba e Osasco (SP), Rio de Janeiro, Brasília, Aracaju (SE) e Porto Alegre (RS). Visto como um método revolucionário de educação por muitos, o método de Paulo Freire alcançou grande

repercussão, não centralizando sua atenção recebida apenas no sertão ou nordeste. É uma experiência revolucionária (PEREIRA, 2013).

A experiência potiguar das 40 Horas de Angicos ficou conhecida não apenas no Brasil, mas alcançou repercussão internacional. O jornal do New York Times teve o papel de apresentar a experiência ao mundo. A pequena cidade de Angicos acabou sendo palco, também, dos holofotes da imprensa internacional e recebeu correspondências de jornais como: Time Magazine, Herald Tribune, Sunday Times, United e Associated Press e Le Monde (FERNANDES; TERRA, 1994).

Por fim a experiência de Angicos não chegou a ser nacionalizada, apenas 13 dias após o golpe de Estado, o decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964, aniquilou o programa Nacional. E, dois meses depois, Paulo Freire foi preso acusado de ser “subversivo e ignorante” (PEREIRA, 2013).

A palavra que fica é esperança, a grande e imponente esperança foi a palavra mais utilizada pelos estudantes de Angicos. Ela era renovada após cada aula, como recapitulou Antônio Silva, na época com 51 anos “temos muita necessidade das coisas que nós não sabia, e que hoje estamos sabendo, em outra hora nós era massa, hoje já não somos mais, estamos sendo povo” (PEREIRA, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo realizar o levantamento bibliográfico dos trabalhos produzidos sobre a temática e que contemplam as seguintes experiências de educação popular: O Movimento de Educação de Base, A Campanha De Pé no Chão também se aprende a ler e as 40 horas de Angicos. Dessa forma, apresentamos brevemente os principais aspectos sobre três experiências de educação popular que ocorreram no Rio Grande do Norte na década de 1960.

O Movimento de base passou por muitas transformações em relação a forma como deveria ser abordada a metodologia de ensino, desde a ideia de ensino pelo rádio, pois era o que se tornava mais acessível e que iria alcançar mais comunidades. Com o tempo, o ensino passou a buscar conscientizar e politizar os estudantes começam a aprender sobre os seus direitos e luta por eles.

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, por sua vez, estava pautada no desejo de mudança social com forte participação da população que idealizou, ajudou a construir e cuidou para que o quadro de analfabetismo na capital chegasse ao fim o que não aconteceu porque foi bruscamente interrompida com o Golpe Militar. Os relatos, os ideais e a proposta da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler está enraizada em livros, revistas, entrevistas, imagens, no hino entre outras fontes.

Paulo Freire, em seu método aplicado em Angicos, estava sempre buscando ultrapassar a sala de aula, os muros da escola, os muros da mente, as muralhas da ignorância, da mesmice, comprovando que não é necessário conhecer o mundo para aprender, muitas vezes, basta olhar ao seu redor e refletir. A filosofia viva em sua metodologia é a que hoje beira os muros do conhecimento e tem o poder de mudar gerações. Faz propício qualquer lugar, até os considerados mais "miseráveis " serem palco de experiências bem sucedidas, como Angicos, plantar e fazer germinar nas mentes mais desconsideradas, a árvore do saber.

Ressaltamos, nas três experiências, a perspectiva de que a educação era vista claramente como possibilidade de transformação social. Cada movimento teve as particularidades, convergências e divergências, métodos específicos, estratégias diversificadas, mas se aproximam pela intencionalidade de promover uma educação que atingisse às camadas mais pobres da sociedade potiguar, seja na capital, seja no interior do Estado. Utilizando recursos próprios, contando com a sabedoria popular, preparando os recursos humanos para atuar, com recursos municipais e estaduais e mostrando que a transformação social acontece por meio da educação. Observamos que muitos trabalhos já foram produzidos sobre cada uma das experiências.

Conclui-se, assim, que é de suma importância a divulgação dessas pesquisas, para que se entenda que o maior veículo de transformação social é a educação e que a igualdade humana está pautada no direito constitucional e quando há conhecimento para ir atrás desses direitos a sociedade se torna mais justa. Sendo assim, é viável que esses temas não enfeitem apenas sites de buscas na internet, mas que sejam internalizados nas inúmeras disciplinas voltadas à formação educacional, pois a luta de classes por direito a algo tão básico que é aprender a ler e escrever não deve ser esquecida.

REFERÊNCIAS

AQUINO, F. M. S. de; PINHEIRO, R. A. **A materialidade dos acampamentos escolares e a cultura popular na ‘Campanha de pé no chão também se aprende a ler’**. Natal: UFRN, 2010.

AQUINO, F. M. S.; PINHEIRO, R. A. A materialidade dos acampamentos escolares e a cultura popular na ‘Campanha de pé no chão também se aprende a ler’. **History of Education in Latin America–HistELA**, v. 1, e16405, 2018.

AQUINO, F., M., S. **O cotidiano da formação de professores/as da ‘Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler’**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 2008.

BECK, C. Método Paulo Freire de alfabetização. **Andragogia Brasil**, 2016. Disponível em: <https://andragogiabrasil.com.br/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao/>. Acesso em: ago. de 2021

BEISIEGEL, C. de R. **Política e Educação Popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1989.

BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. 18ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. Memórias dos anos sessenta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 377-407, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JXKXLMzzHtJCsDBJ74gqndF/?lang=pt>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

CARVALHO, M. A. et al. **Escolas radiofônicas de Natal**: uma história construída por Muitos (1958 – 1966). Brasília: Líber livro editora, 2009. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/escolasradionatal.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

CUNHA, L. A. **Movimento de Educação Base (MEB)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

FERNANDES, C.; TERRA, A. **40 Horas de Esperança**. São Paulo: Ática, 1994.

FERRARI, A. **Igreja e desenvolvimento: o movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

FORUMEJA. **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/book/export/html/1422>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (Coleção Leitura).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a pratica educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2002.

FREIRE, P. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. *In*: FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FEITOSA, S. **Métodos Paulo Freire**: Princípios e práticas de uma concepção popular de educação. São Paulo: FE_USP, 1999.

GERMANO, J. W. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.

GÓES, M. de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964) Uma Escola Democrática**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1980. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/berenice_escolinhas_djalma.pdf. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

LYRA, C. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo, Cortez, 1993.

MACIEL, J. **O método Paulo freire**: origens históricas, influencias teóricas e aspectos metodológicos. Chapecó: UFFS, 2021.

MARQUES, B. P. **As escolinhas e a Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/berenice_escolinhas_djalma.pdf. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

MOVIMENTO de Educação de base (MEB). *In*: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb>. Acesso em:09/09/2021.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola; Ibrades, 1987.

PRANTO, A. D. P. de M. De Pé no Chão Também se Aprende a Ler: Os Acampamentos Escolares e a Sistematização de um Projeto de Educação Popular (1961- 1964). **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.11, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3255>. Acesso em: 20 de agos. de 2021.

PEREIRA, C. Angicos: Um exemplo mundial. **POTIGUARTE**, 2013. Disponível em: http://potiguarte.blogspot.com/2013/04/angicos-um-exemplo-mundial_1.html. Acesso em 04 de ago. de 2021.

RÓSA, I. **Ivoneide Rósa**: depoimento [fev. 2000]. Entrevistadora: Maria Elizete Guimarães Carvalho. Natal. 2000.

SPEYER, A. M. **A experiência da radiodifusão educativa**. Natal, MEB, 1986.

TEIXEIRA, W. de O. R. **A educação profissional na campanha de pé no chão também se aprende a ler**: de pé no chão também se aprende uma profissão. Natal: IFRN, 2017.

TRIBUNA DO NORTE. **Movimento de educação de base é lembrado como alternativa para pandemia**, 20 de abr. de 2021. Disponível em: <http://blog.tribunadonorte.com.br/territoriolivre/movimento-de-educacao-de-base-e-lebrado-como-alternativa-para-pandemia/>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

WESTIN, R. Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar no Brasil. **SenadoNotícias**, 08 nov. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>. Acesso em: 26 de ago. de 2021.